

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE RELATÓRIO ANUAL DE 2012

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401

CEP: 90.010-140

Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3227.3100

Fax: (51) 3227.3309

Site: www.isbre.com.br

E-mail: isbre@isbre.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Leonir Maria Pizzato Reis – Presidente (até 18.03.2013)

Sérgio Darci Inácio – Presidente (a partir de 19.03.2013)

Darlan Conte

Carlos Aurélio L. da Hora Ribeiro (a partir de 19.03.2013)

Carlos Areton Azzolin Olson (a partir de 19.03.2013)

Carlos Dickel da Fontoura (a partir de 19.03.2013)

Itagibe Barbosa Lohmann (até 18.03.2013)

Juliana Souza Dallastra (a partir de 19.03.2013)

Lisiane Astarita M. de Limas (até 18.03.2013)

Mauro D'Avila (até 31.01.2013)

CONSELHO FISCAL

Amilcar Sérgio Mência - Presidente

Gilnei Roberto dos Santos Vargas

Máicol Cristian Stein de Souza

Tarcísio Jaime Herdt

Suplentes

André Andersson Chemale

Claonice Machado Fagundes

Francisco Lutero Luehring

Nivaldo Presalino Vieira

DIRETORIA EXECUTIVA

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente e Financeiro

Dante Carlos Schuch
Diretor Administrativo e de Previdência

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Administração relativo ao exercício de 2012, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II, e os Pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ambiente Macroeconômico e Mercados

No cenário internacional, 2012 foi um ano de instabilidades, resultado do aprofundamento da crise da Zona do Euro, das questões políticas, eleitorais e de agenda econômica nos Estados Unidos, e da preocupante desaceleração do crescimento chinês, que levou analistas a temerem um “pouso forçado” da economia daquele país.

Ainda que com alguma recuperação nos indicadores de atividade econômica dos EUA e da China no final do ano, a piora na Europa e a retração verificada no Japão gerou um quadro de quase estagnação da economia global em 2012.

A economia brasileira não passou imune a esse cenário e sofreu sensível deterioração na perspectiva dos principais agentes econômicos, notadamente devido às dificuldades da indústria, às quedas consecutivas na taxa de investimento da economia e a uma inflação persistente e bem acima da meta oficial.

Apesar da grande quantidade de estímulos fiscais e monetários implementados pelo governo, a economia doméstica apresentou um baixo dinamismo. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o PIB apresentou um crescimento de apenas 0,9% no ano, contra um crescimento observado de 2,7% em 2011, já um nível pouco satisfatório. No entanto, foram preservados o mercado de trabalho e o crescimento real da massa salarial, sustentando a expansão do consumo, num contexto de moderação na expansão do crédito, tendo em vista o já elevado comprometimento da renda das famílias.

Embora a economia brasileira já tenha apresentado sinais positivos no final do ano, 2013 será um ano desafiador, pois seguem crescendo as pressões inflacionárias que, na verdade, entre outros fatores menos relevantes, manifestam desequilíbrios estruturais importantes, especialmente do lado da oferta, pela baixa taxa de investimento privado, pela deficiência de infra-estrutura, pelo estreitamento do mercado de trabalho e pelo parco crescimento na produtividade da mão de obra.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os recursos administrados pelo ISBRE atingiram, em 2012, o montante de R\$ 690,5 milhões, sendo R\$ 660,5 milhões correspondentes ao Plano de Benefícios I, R\$ 25,7 milhões ao Plano de Benefícios II e R\$ 4,3 milhões ao Plano de Gestão Administrativa, com destaque para a evolução do patrimônio do Plano II, que apresentou crescimento de 42,8% no período, resultado da ampliação no número de participantes, do aumento no volume de contribuições e dos bons resultados dos investimentos.

No que se refere ao desempenho dos investimentos, o ISBRE obteve um excelente retorno ponderado pelo risco. O Plano de Benefícios I teve uma rentabilidade bruta de 20,54% no ano, o que equivale a 169,3% da meta atuarial e a 244,5% do CDI acumulado no período. Por sua vez, o Plano de Benefícios II teve rentabilidade de 20,20% no ano, o que corresponde a 240,5% do CDI acumulado no período. A volatilidade (risco medido pelo desvio padrão dos retornos obtidos) média dos investimentos, se considerada toda a carteira “marcada a mercado”, foi da ordem de 4,5%, refletindo, num ano de grande incerteza e variação nos preços dos ativos financeiros, uma prudente gestão de risco.

Do ponto de vista de resultados, é importante destacar os impactos da redução da meta atuarial de 5,75% ao ano para 4,75% ao ano, em linha com a consolidação da trajetória de queda da taxa de juros real de longo prazo da economia brasileira, objeto inclusive de alteração regulatória registrada na seção relativa à Gestão Previdencial. Essa redução gerou um custo, em contrapartida ao aumento das provisões matemáticas, de R\$ 54.057 mil, sendo R\$ 54.022 mil relativos ao Plano de Benefícios I e R\$ 35 mil relativos ao Plano de Benefícios II. Mesmo assim, ao final do exercício, o Superávit Técnico Acumulado (Reserva de Contingência) do Plano I totalizou R\$ 54.322 mil (2011: R\$ 53.336 mil) e o do Plano II R\$ 4 mil (2011: R\$ 16 mil), isso graças ao bom desempenho dos investimentos, como referido anteriormente. Embora os altos

custos incorridos, essa medida alinha os Planos de Benefícios administrados pelo ISBRE ao atual momento econômico do país e traz ainda mais confiança na futura solvência desses planos.

Finalmente, cabe registrar que o custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o total das despesas incorridas, administrativas e de investimentos, foi equivalente a 0,73% do Patrimônio Consolidado (Ativo) médio do exercício.

Gestão Previdencial

Em 2012, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 37,8 milhões para 381 grupos familiares, com uma população amparada de 1.977 pessoas, entre participantes e beneficiários.

O Plano de Benefícios I pagou R\$ 33,9 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 14,6 milhões, 43,2% daquele montante. O modesto crescimento do número de participantes assistidos em 2012 é explicado pelo elevado número de funcionários do BRDE que mesmo tendo se aposentado pela previdência oficial, preferiu permanecer em atividade. Ainda assim, no final de 2012, os participantes assistidos no Plano de Benefícios I representavam 63,7% do total de participantes do Plano, atestando o seu estágio de maturidade. As receitas oriundas das contribuições representam 43% dos compromissos pagos, o que reafirma a importância de se alcançar, de forma consistente, e a longo prazo, a meta atuarial nas aplicações dos recursos garantidores das reservas matemáticas.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, fundamentais para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 275 participantes ativos, com a adesão de 28 novos participantes (crescimento de 11,3%). Por sua vez, o aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 3,9 milhões, refletindo um crescimento de 21,8% sobre o ano anterior, e os benefícios pagos, entre pensões e complementação de auxílio-doença, foram de R\$ 213 mil.

Antecipando-se às alterações regulatórias que estavam em estudos e em linha com um cenário de consolidação da trajetória de queda da taxa real de juros de longo prazo da economia brasileira, e com vistas à maior segurança dos planos de benefícios administrados pelo ISBRE, no decorrer do exercício e seguindo-se à reavaliação atuarial anual, a Diretoria Executiva propôs ao Conselho Deliberativo, e este aprovou, a redução da taxa mínima atuarial de **5,75%** para **4,75%** ao ano.

Essa iniciativa veio ao encontro das disposições da Resolução nº 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, a qual determinou que, a partir de 2013, as taxas máximas reais de juros admitidas nas projeções atuariais (as metas atuariais) serão reduzidas em 0,25% ao ano, até chegar ao nível de 4,5% a.a. em 2018.

Governança Corporativa

Em 2012 foi realizada eleição para uma vaga de Participantes e Assistidos no Conselho Deliberativo do ISBRE. No dia 28 de novembro de 2012, foi eleito o colega Carlos Dickel da Fontoura, participante do Plano de Benefícios II, para substituir a Conselheira Lisiane M. Astarita de Limas, cujo mandato se encerra em 28 de janeiro de 2013.

Também no Conselho Deliberativo foram indicados, pelo Patrocinador BRDE, os colegas participantes Carlos Areton Azzolin Olson, Carlos Aurélio L. da Hora Ribeiro e Juliana Souza Dallastra, que substituirão os Conselheiro(a)s Leonir Maria Pizzato Reis (Presidente do Conselho), Itagibe Barbosa Lohmann e Mauro Rosito D'Ávila, os dois primeiros por encerramento dos seus mandatos e o último por renúncia em virtude de ter sido indicado para o cargo de Diretor Administrativo e de Previdência do ISBRE.

No Conselho Fiscal, foi alterada a composição dos representantes do Patrocinador BRDE. Para substituir os Conselheiros Antonio Ervino Hammes (Titular), Marcone Souza Melo (Suplente), Ricardo Rizzi (Titular) e Odilon Arthur Bremer (Suplente), foram indicados os colegas participantes Tarcísio Jaime Herdt (Titular), Nivaldo Presalino Vieira (Suplente), Máicol Cristian Stein de Souza (Titular) e Claonice Machado Fagundes (Suplente).

Finalmente, para a Diretoria Executiva, foram nomeados os participantes Argus Ruy Guex de Oliveira, para o cargo de Diretor Presidente e Financeiro, que teve seu mandato prorrogado até 31 de janeiro de 2015 na forma do Art. 49 do Estatuto Social em vigor, e Mauro Rosito D'Ávila, para o cargo de Diretor Administrativo e de Previdência, para um mandato de quatro anos, substituindo o Diretor Dante Carlos Schuch, que encerrou seus dois mandatos consecutivos.

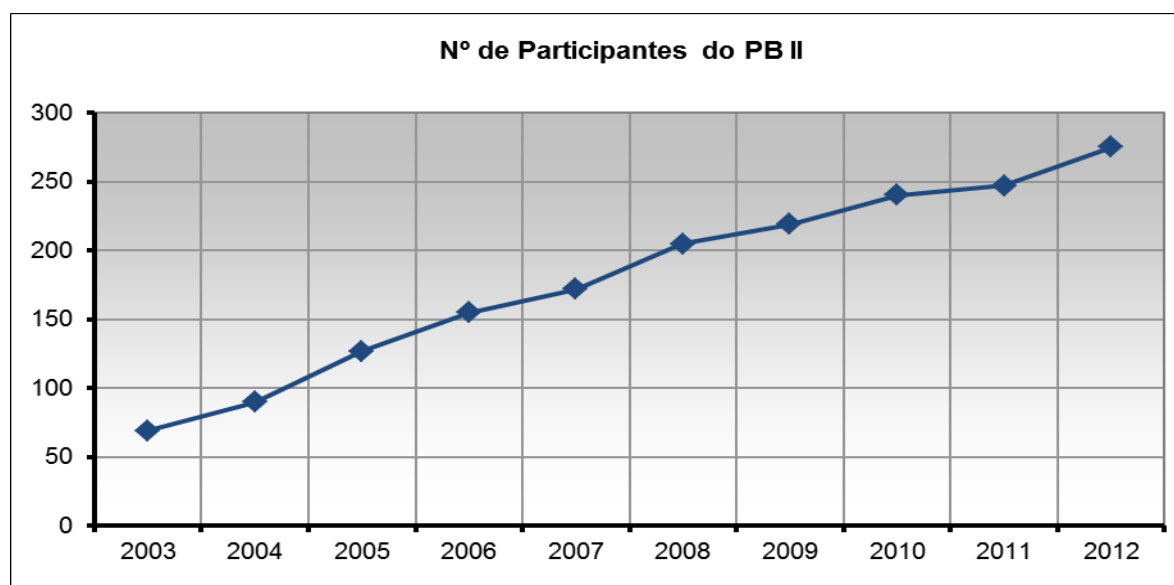
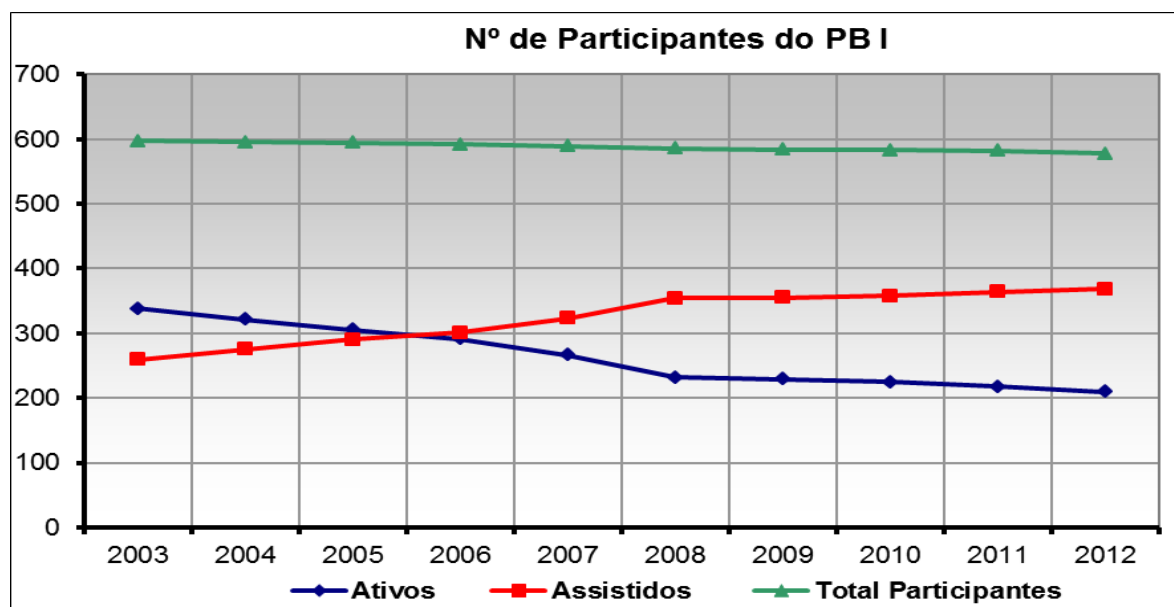
Agradecimentos

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Beneficiários, a orientação sempre segura dos Conselheiros e Conselheiras atuais e ex-integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelos Planos de Benefícios

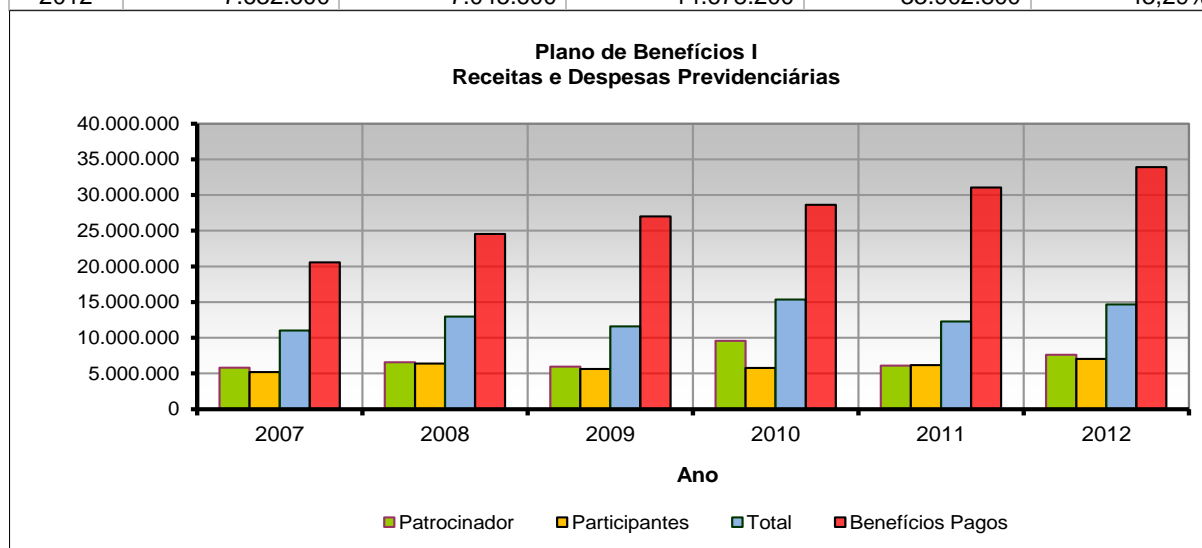
Planos	Participantes Ativos	Participantes Assistidos e Beneficiários	Dependentes	Total
PB I	210	377	741	1.328
PB II	275	4	370	649



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em R\$ 1,00

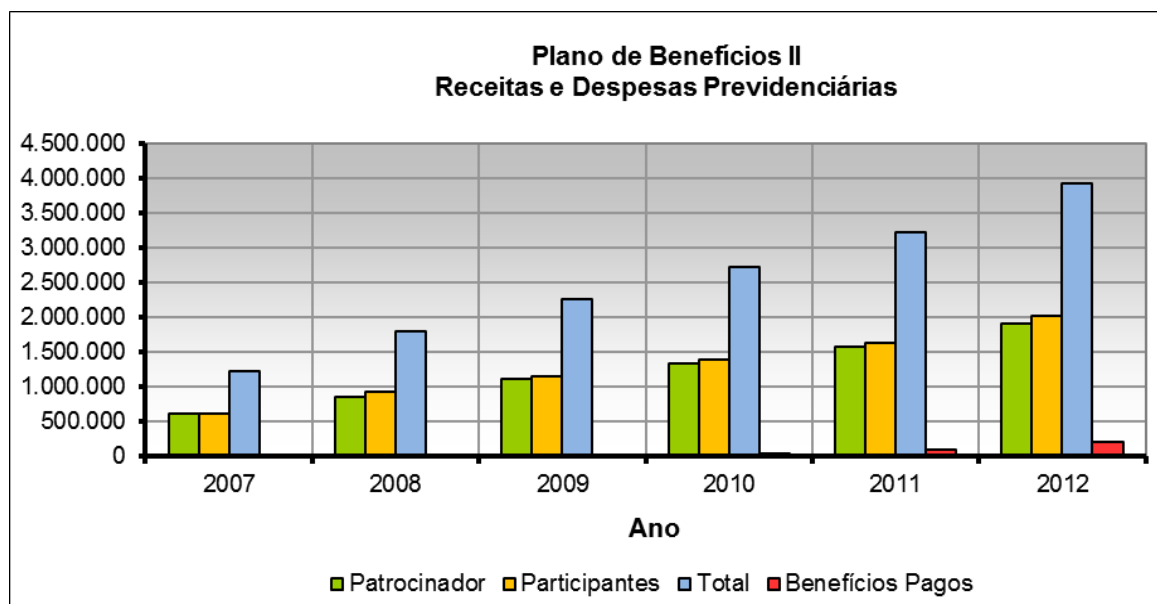
Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	RC/DB %
	Patrocinador	Participantes	Total		
2007	5.828.700	5.186.500	11.015.200	20.561.600	53,57%
2008	6.569.300	6.389.900	12.959.200	24.536.400	52,82%
2009	5.964.600	5.649.600	11.614.200	26.986.800	43,04%
2010	9.570.400	5.776.100	15.346.500	28.626.600	53,61%
2011	6.106.900	6.162.600	12.269.500	31.039.600	39,53%
2012	7.632.600	7.045.600	14.678.200	33.902.800	43,29%



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$ 1,00

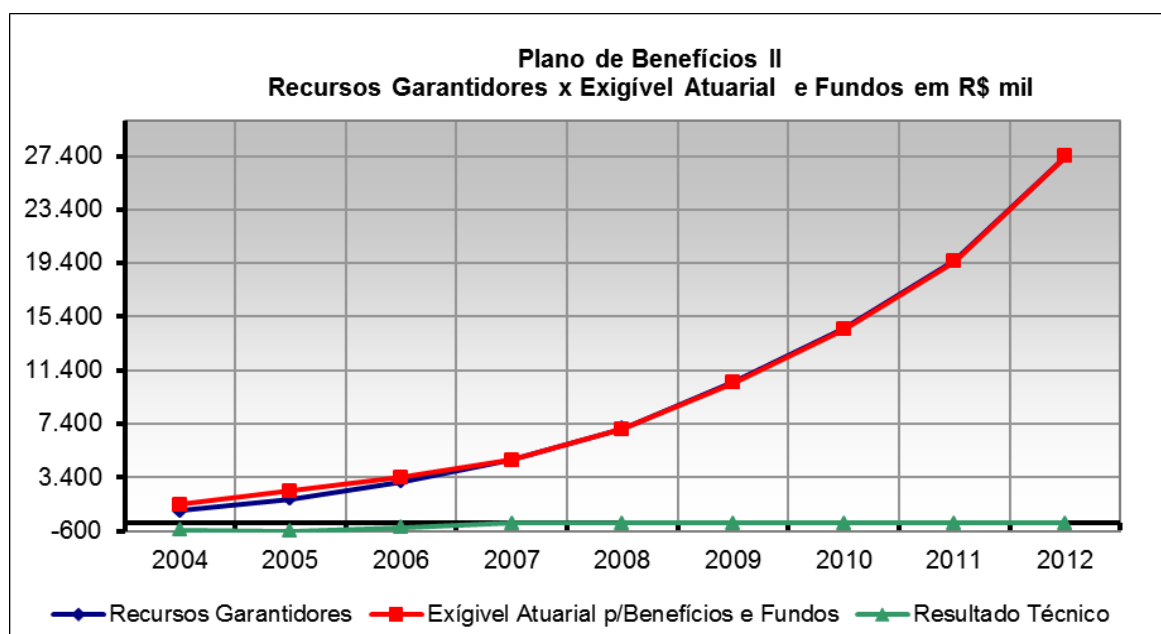
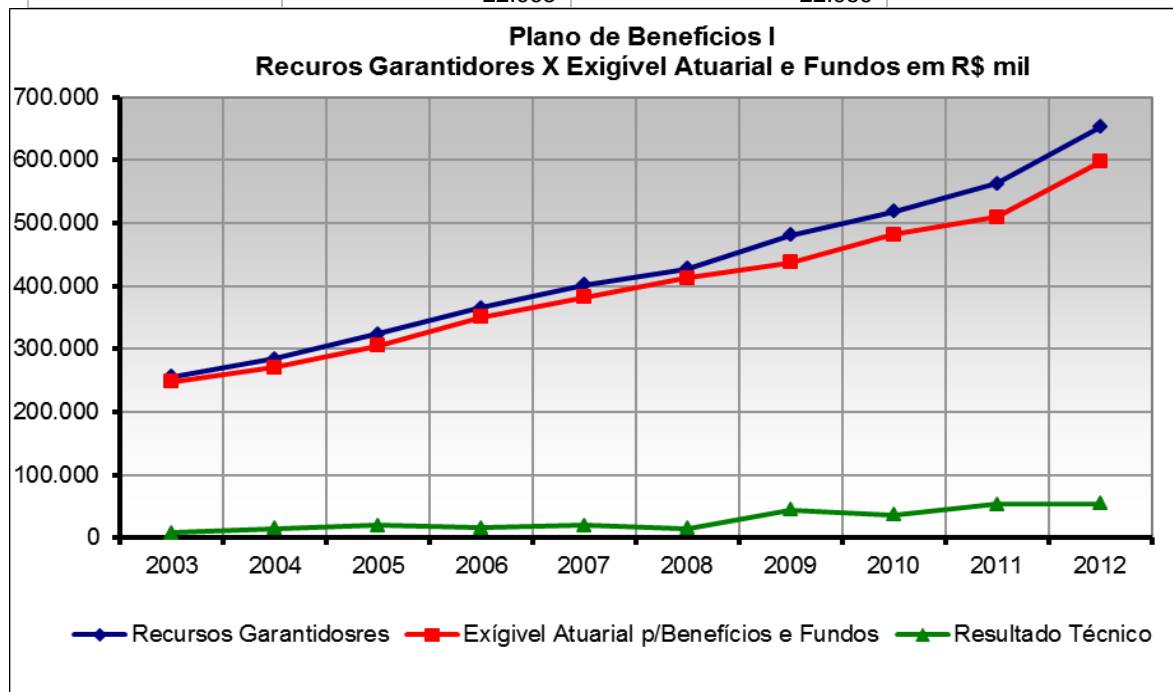
Ano	Patrocinador	Participantes	Total	Benefícios Pagos
2007	607.100	620.000	1.227.100	0
2008	857.500	932.300	1.789.800	9.196
2009	1.112.500	1.145.900	2.258.400	19.995
2010	1.332.500	1.385.700	2.718.200	45.700
2011	1.576.700	1.640.900	3.217.600	89.930
2012	1.907.900	2.014.300	3.922.300	213.000



Avaliação dos Planos em 31/12/2012

Em R\$ mil

Planos	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado Técnico
PB I	646.412	592.090	54.322
PB II	22.963	22.959	4



Despesas com a Administração Previdencial

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2012.

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/12	2º Sem/12	12 Meses
Pessoal e Encargos	882.475,60	825.258,24	1.707.733,84
Treinamentos/Congressos e Seminários	2.223,56	18.863,30	21.086,86
Viagens e Estadias	10.383,28	3.974,15	14.357,43

Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	111.765,16	157.273,47	269.038,63
Despesas Gerais (aluguel, luz e outros)	79.669,42	79.746,88	159.416,30
Amortizações e Depreciações	12.647,47	13.800,52	26.447,99
Contingencial	109.400,43	109.905,23	219.305,66
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.208.564,92	1.208.821,79	2.417.386,71

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do ISBRE apresentava, em 31 de dezembro de 2012, a composição demonstrada a seguir.

Distribuição dos Investimentos por Plano Administrado e por Segmentos de Aplicação

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I			
	JUNHO/12	DEZEMBRO/12	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENDA FIXA	88,19%	87,43%	100%	100%
RENDA VARIÁVEL	3,66%	4,83%	15%	70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,69%	4,51%	12%	20%
IMÓVEIS	2,20%	1,97%	4%	8%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1,18%	1,11%	3%	15%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR ⁽¹⁾	0,08%	0,15%	10%	10%

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II			
	JUNHO/12	DEZEMBRO/12	POLÍTICA APROVADA	LIMITES
RENDA FIXA	83,74%	83,32%	100%	100%
RENDA VARIÁVEL	3,47%	4,60%	15%	70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,45%	4,30%	12%	20%
IMÓVEIS	2,08%	1,87%	4%	8%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	6,19%	5,76%	15%	15%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR ⁽¹⁾				
1)INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,07%	0,15%	10%	10%

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA			
	JUNHO/12	DEZEMBRO/12	POLÍTICA APROVADA	LIMITES
RENDA FIXA	89,25%	88,41%	100%	100%
RENDA VARIÁVEL	3,70%	4,89%	15%	70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,75%	4,56%	12%	20%
IMÓVEIS	2,22%	1,98%	4%	8%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR ⁽¹⁾	0,08%	0,16%	10%	10%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09.

Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2012, a Fundação contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

INVESTIMENTOS	VALOR (Em R\$)	PARTICIPAÇÃO
SEGMENTO DE RENDA FIXA	599.702.040,09	90,39%
Fundos de Renda Fixa	323.629.032,81	48,78%
FI Minuano Renda Fixa	130.962.656,17	19,74%
Banrisul Guarani Renda Fixa	192.666.376,64	29,04%
Fundos Multimercado com Renda Variável	276.073.007,28	41,61%
Credit Suisse Guaianás FIM	85.433.712,87	12,88%
BM Charrua FI Multimercado	190.639.294,41	28,73%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	25.893.407,94	3,90%
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	25.893.407,94	3,90%
RB Fundamental Fundo de Investimento em Ações	3.677.784,23	0,55%

Fundo Gap Ações FIA	13.839.594,94	2,09%
BBM Smid Caps FICFIA	8.376.028,77	1,26%
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	37.885.030,09	5,71%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	34.778.550,95	5,24%
BBM Aymoré FICFI	34.778.550,95	5,24%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	3.106.479,14	0,47%
Rio Bravo Energia I - FIP	3.106.479,14	0,47%
TOTAL DE ATIVOS DA CARTEIRA EM MERCADO	663.480.478,12	100%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-2.229,61	0,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA EM MERCADO	663.478.248,51	100%

Na gestão dos investimentos da Fundação é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2012, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Performance dos Investimentos (Rentabilidade Bruta)

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I no ano foi de 20,54%, correspondendo a 169,33% da meta atuarial e a 244,52% do CDI do período.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA EM 12 MESES
RENDA FIXA	10,68%	21,17%
RENDA VARIÁVEL	6,10%	22,51%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,28%	14,63%
IMÓVEIS	5,53%	11,18%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	6,73%	13,91%
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	6,49%	6,79%
TOTAL	10,15%	20,54%

Resultados Acumulados em 2012: INPC: 6,20%; Meta Atuarial: 12,13%; CDI: 8,40%; IBrX: 11,55%; IMA-B: 26,68%.

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi de 20,20%, correspondendo a 166,53% da meta atuarial e a 240,48% do CDI do período.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA EM 12 MESES
RENDA FIXA	10,68%	21,17%
RENDA VARIÁVEL	6,10%	22,51%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,28%	14,63%
IMÓVEIS	5,53%	11,18%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	6,56%	13,66%
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	6,49%	6,79%
TOTAL	9,98%	20,20%

Resultados Acumulados em 2012: INPC: 6,20%; Meta Atuarial: 12,13%; CDI: 8,40%; IBrX: 11,55%; IMA-B: 26,68%.

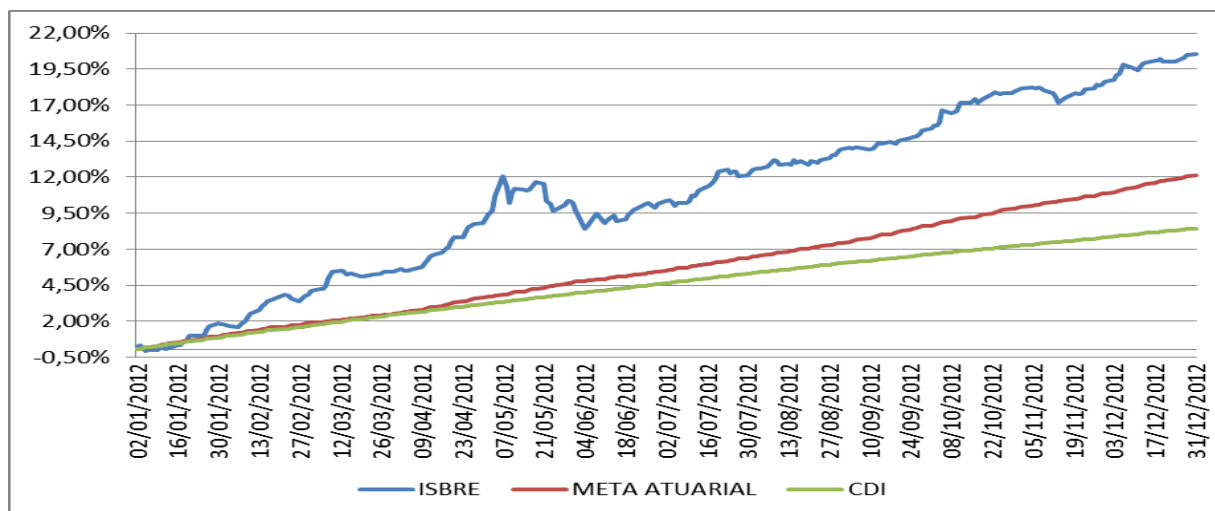
O diferencial de rentabilidade entre o PB I e o PB II decorre da diferença de participação do segmento de empréstimos a participantes – objeto de segregação real, na forma da regulamentação em vigor – no ativo de cada Plano, bem como dos seus diferenciais de retornos.

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 20,62%, correspondendo a 170,00% da meta atuarial e a 245,48% do CDI do período.

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA EM 12 MESES
RENDA FIXA	10,68%	21,17%
RENDA VARIÁVEL	6,10%	22,51%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,28%	14,63%
IMÓVEIS	5,53%	11,18%
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	6,49%	6,79%
TOTAL	10,20%	20,62%

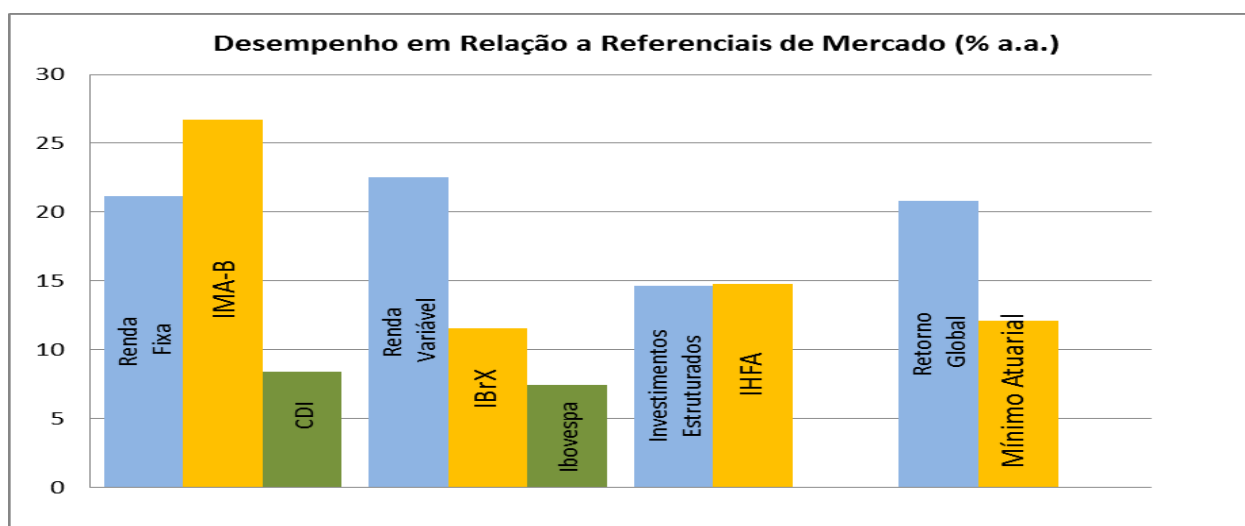
Resultados Acumulados em 2012: INPC: 6,20%; Meta Atuarial: 12,13%; CDI: 8,40%; IBrX: 11,55%; IMA-B: 26,68%.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do retorno acumulado da carteira consolidada do ISBRE em 2012.



Quando comparado com os referenciais de mercado tem-se os seguintes desempenhos por segmento de aplicação em mercado.

**** gráficos repetidos?



Controle de Risco de Mercado

O risco de mercado, medido pelo método do VaR (*Value at Risk*), representa a desvalorização potencial de uma carteira de ativos financeiros, considerando-se um dado nível de confiança estatístico e um determinado período de tempo. Em 31.12.2012, a carteira de ativos em mercado do ISBRE apresentava a seguinte exposição a risco de mercado.

FUNDOS	VaR MÉDIO 2012 ¹	PARTICIPAÇÃO MÉDIA NA CARTEIRA EM MERCADO	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA PARA O RISCO TOTAL ²
FI Banrisul Guarani Multimercado	0,53%	30,97%	35,15%
BBM Charrua FI Multimercado	0,62%	28,15%	37,38%
FI Minuano Renda Fixa	0,65%	19,48%	24,17%
BBM Aymoré FICFI Multimercado	0,16%	4,93%	0,81%
Credit Suisse Guaianás FI Multimercado	0,08%	12,76%	2,30%
RB Fundamental FI em Ações	1,70%	0,50%	0,02%
Fundo Gap Ações FIA	1,60%	2,07%	-0,03%
BBM Smid Caps FICFIA	1,24%	1,14%	0,20%
Total da Carteira em Mercado	0,47%³	100%	100%

(1) O VaR Médio foi calculado a partir das posições de final de mês, considerando-se o horizonte de tempo de 1 dia útil e nível de confiança de 95% (ou seja, há apenas 5% de chance de que a desvalorização seja maior do que a calculada).

(2) Contribuição calculada pelo VaR marginal de cada segmento, que considera as correlações entre os diferentes ativos que compõem as carteiras.

(3) Equivale a uma volatilidade (risco de mercado, medido pelo desvio padrão dos retornos obtidos) da ordem de 4,5% ao ano.

Despesas com a Administração dos Recursos

A Fundação realizou as seguintes despesas relacionadas à administração dos recursos:

DESPESAS	1º Sem/12	2º Sem/12	Ano
Pessoal e Encargos	927.343,87	929.830,15	1.857.174,02
Treinamentos/Congressos e Seminários	3.130,56	23.766,55	26.897,11
Viagens e Estadias	12.832,69	3.643,14	16.475,83
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	99.174,98	137.919,18	237.094,16
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	85.543,76	82.190,79	167.734,55
Amortizações e Depreciações	12.647,45	13.800,56	26.448,01
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.140.673,31	1.191.150,37	2.331.823,68
B) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor médio no período)	614.751.468,90	662.570.911,50	638.661.190,20
Custo da Gestão dos Ativos (A/B)	0,19%	0,18%	0,37%

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício, equivalente a 0,73% do patrimônio médio sob gestão.

Política de Investimentos para 2013

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos e supervisão do Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 12.12.2012 e divulgada aos Participantes na área reservada do portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2013, a seguir resumida, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	78%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	6%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	3%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3%	2%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depository Receipts*.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	74%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	6%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	3%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	15%	6%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	83%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	6%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

ALOCAÇÃO POR EMISSOR			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	3,00%	0,00%	0,00%

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% Do Capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% Do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% Do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% Do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTOS			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% De uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

RATING MÍNIMO	AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCHRATING
Baixo Risco de Crédito	AAA AA+, AA, AA- A+, A, A-	Aaa Aa1, Aa2, Aa3 A1, A2, A3	AAA AA+, AA, AA- A+, A, A-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	5	25	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.102	917
REALIZÁVEL	690.379	593.024	Gestão Previdencial	515	456
Gestão Previdencial	3.452	1.998	Gestão Administrativa	530	452
Gestão Administrativa	998	803	Investimentos	57	9
Investimentos	685.929	590.223	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10.084	9.886
Ações	233	218	Gestão Previdencial	9.105	9.127
Fundos de Investimento	663.480	567.149	Gestão Administrativa	979	759
Investimentos Imobiliários	13.423	15.007	PATRIMÔNIO SOCIAL	679.337	582.396
Empréstimos	8.765	7.849	Patrimônio de Cobertura do Plano	669.375	572.753
Depósitos Judiciais	28	-	Provisões Matemáticas	615.049	519.401
PERMANENTE	139	150	Benefícios Concedidos	369.735	315.778
Imobilizado	83	79	Benefícios a Conceder	245.314	203.623
Intangível	46	50	Equilíbrio do Plano	54.326	53.352
Diferido	10	21	Resultados Realizados	54.326	53.352
			Superávit Técnico Acumulado	54.326	53.352
			Fundos	9.962	9.643
			Fundo Previdencial	7.158	6.806
			Fundo Administrativo	2.804	2.837
TOTAL DO ATIVO	690.523	593.199	TOTAL DO PASSIVO	690.523	593.199

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	582.396	532.849	9,30
1. Adições	137.695	86.961	58,34
(+) Contribuições Previdenciais	17.279	14.416	19,86
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	115.699	69.348	66,84
(+) Receitas Administrativas	4.133	2.767	49,37
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	584	430	35,81
2. Destinações	(40.754)	(37.414)	8,93
(-) Benefícios	(34.116)	(31.232)	9,23
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.889)	(1.916)	(1,41)
(-) Despesas Administrativas	(4.530)	(4.118)	10,00
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(219)	(148)	47,97
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	96.941	49.547	95,65
(+/-) Provisões Matemáticas	95.648	33.447	185,97
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	974	16.716	(94,17)
(+/-) Fundos Previdenciais	352	453	(22,30)
(+/-) Fundos Administrativos	(33)	(1.069)	(96,91)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	679.337	582.396	16,65

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

	Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	561.528	515.926	8,84
	1. Adições	126.410	79.679	58,65
(+)	Contribuições Previdenciais	14.678	12.320	19,14
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	111.732	67.359	65,88
	2. Destinações	(37.113)	(34.077)	8,91
(-)	Benefícios	(33.903)	(31.040)	9,22
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.889)	(1.916)	(1,41)
(-)	Custeio Administrativo	(1.321)	(1.121)	17,84
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	89.297	45.602	95,82
(+/-)	Provisões Matemáticas	88.825	28.913	207,21
(+/-)	Fundos Previdenciais	(513)	(24)	2.037,50
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	985	16.713	(94,11)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	650.825	561.528	15,90
	C) Fundos não Previdenciais	1.128	1.308	(13,76)
(+/-)	Fundo Administrativo	1.128	1.308	(13,76)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

	Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	18.031	13.017	38,52
	1. Adições	7.889	5.207	51,51
(+)	Contribuições Previdenciais	3.922	3.218	21,88
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.967	1.989	99,45
	2. Destinações	(213)	(193)	10,36
(-)	Benefícios	(213)	(193)	10,36
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.676	5.014	53,09
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.822	4.533	50,50
(+/-)	Fundos Previdenciais	866	477	81,55
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(12)	4	
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	25.707	18.031	42,57
	C) Fundos não Previdenciais	1.676	1.529	9,61
(+/-)	Fundo Administrativo	1.676	1.529	9,61

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	661.627	572.427	15,58
Disponível	4	24	(83,33)
Recebível	4.580	3.306	38,54
Investimento	657.043	569.097	15,45
Ações	223	211	5,69
Fundos de Investimento	636.629	547.602	16,26
Investimentos Imobiliários	12.880	14.490	(11,11)
Empréstimos	7.284	6.794	7,21
Depósitos Judiciais	27	-	
2. Obrigações	9.673	9.591	0,85
Operacional	568	464	22,41
Contingencial	9.105	9.127	(0,24)
3. Fundos não Previdenciais	1.128	1.308	(13,76)
Fundo Administrativo	1.128	1.308	(13,76)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	650.826	561.528	15,90
Provisões Matemáticas	592.090	503.265	17,65
Superávit/Déficit Técnico	54.322	53.336	1,85
Fundos Previdenciais	4.414	4.927	(10,41)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
1. Ativos	27.386	19.562	40,00
Disponível	-	1	(100,00)
Recebível	1.676	1.529	9,61
Investimento	25.710	18.032	42,58
Ações	8	6	33,33
Fundos de Investimento	23.740	16.533	43,59
Investimentos Imobiliários	480	438	9,59
Empréstimos	1.481	1.055	40,38
Depósitos Judiciais	1	-	
2. Obrigações	3	1	200,00
Operacional	3	1	200,00
3. Fundos não Previdenciais	1.676	1.529	9,61
Fundo Administrativo	1.676	1.529	9,61
4. Ativo Líquido (1-2-3)	25.707	18.032	42,56
Provisões Matemáticas	22.959	16.137	42,28
Superávit/Déficit Técnico	4	16	(75,00)
Fundos Previdenciais	2.744	1.879	46,04

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.837	3.906	(27,37)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.716	3.197	47,51
1.1. Receitas	4.716	3.197	47,51
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.321	1.121	17,84
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.811	1.646	70,78
Resultado Positivo dos Investimentos	584	430	35,81
2. Despesas Administrativas	4.749	4.266	11,32
2.1. Administração Previdencial	2.417	2.273	6,34
Pessoal e Encargos	1.708	1.579	8,17
Treinamentos/Congressos e Seminários	21	12	75,00
Viagens e Estadias	14	15	(6,67)
Serviços de Terceiros	269	342	(21,35)
Despesas Gerais	159	147	8,16
Depreciações e Amortizações	27	29	(6,90)
Contingências	219	149	46,98
2.2. Administração dos Investimentos	2.332	1.993	17,01
Pessoal e Encargos	1.857	1.556	19,34
Treinamentos/Congressos e Seminários	27	32	(15,63)
Viagens e Estadias	17	20	(15,00)
Serviços de Terceiros	237	199	19,10
Despesas Gerais	168	157	7,01
Depreciações e Amortizações	26	29	(10,34)
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(33)	(1.069)	(96,91)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(33)	(1.069)	(96,91)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	2.804	2.837	(1,16)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	646.412	556.601	16,14
1. Provisões Matemáticas	592.090	503.265	17,65
1.1. Benefícios Concedidos	369.414	315.504	17,09
Benefício Definido	369.414	315.504	17,09
1.2. Benefício a Conceder	222.676	187.761	18,60
Benefício Definido	222.676	187.761	18,60
2. Equilíbrio Técnico	54.322	53.336	1,85
2.1. Resultados Realizados	54.322	53.336	1,85
Superávit técnico acumulado	54.322	53.336	1,85

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	22.963	16.153	42,16
1. Provisões Matemáticas	22.959	16.137	42,28
1.1. Benefícios Concedidos	322	275	17,09
Benefício Definido	322	275	17,09
1.2. Benefício a Conceder	22.637	15.862	42,71
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	9.564	6.693	42,90
Saldo de contas - parcela participantes	13.073	9.169	42,58
2. Equilíbrio Técnico	4	16	(75,00)
2.1. Resultados Realizados	4	16	(75,00)
Superávit técnico acumulado	4	16	(75,00)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a consecução desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos.

Ano	Plano de Benefícios I			Plano de Benefícios II			Total Geral
	Ativos	Assistidos	Total PB I	Ativos	Assistidos	Total PB II	
2008	232	354	586	205	1	206	792
2009	229	355	584	219	2	221	805
2010	225	358	583	240	3	243	826
2011	217	364	581	247	4	251	832
2012	209	368	577	275	2	277	854

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC. A Resolução CNPC nº 8, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios– DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Consolidada e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios previdencial.

2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a Resolução n.º. 2792, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do **ISBRE** foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Em milhares de reais		
Ativo	PB I	PB II	CONSOLIDADO
Gestão administrativa - participação no PGA	1.128	1.676	(2.804)
	1.128	1.676	(2.804)
Passivo			
Fundos - participação no fundo administrativo	(1.128)	(1.676)	2.804
	(1.128)	(1.676)	2.804

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 Ativo Realizável – Gestão Previdencial e Administrativa

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 Ativo Realizável - Investimentos

a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

3.3 Ativo Permanente

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos *softwares*, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 Estimativas Contábeis

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 Resultado das Operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.7 Custeio Administrativo

As despesas administrativas previdenciais do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos imputados pelas referidas taxas e o dispêndio efetivo.

3.8 Transferências e Fluxo de Recursos

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzidas as despesas administrativas de gestão de investimentos e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa para o custeio da administração previdencial.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios, referente aos recursos para cobertura das despesas administrativas dos mesmos, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzidas do custo da administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2012	2011
Depósitos Judiciais	3.142	1.702
Depósitos Recursais	310	296
	<u>3.452</u>	<u>1.998</u>

Para atender o que estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, os Depósitos Judiciais e Recursais antes registrados no Passivo Exigível Contingencial durante o exercício foram transferidos para o Ativo Realizável – Gestão Previdencial. Servem para garantia de execução de processos judiciais em fase final de liquidação.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de reais	
	2012	2011
Créditos Privados e Depósitos		
CDB	1.728	1.728
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	233	218
	233	218
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	130.963	104.586
Ações	25.893	21.136
Multimercado	503.518	439.347
Participações	3.106	2.080
	663.480	567.149
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	2.953	3.075
Edificações Locadas a Terceiros	618	1.341
	3.571	4.416
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	9.852	9.442
Outros Investimentos Imobiliários	-	1.149
	9.852	10.591
	13.423	15.007
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	8.765	7.849
	8.765	7.849
Depósitos Judiciais / Recursais		
Depósitos Judiciais	28	-
	28	-
	685.929	590.223

O atual Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos ativos, pela elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI) e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

5.3 Fundos de Investimentos

5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2012	2011
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
FI Minuano Renda Fixa	Votorantim Asset Management	130.963	104.586
		130.963	104.586
Multimercado			
BBM Aymoré FICFI Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	34.779	30.070
Credit Suisse Guaianás FIM	Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil Ltda	85.434	74.683
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banrisul S.A.	192.666	180.393
BBM FI Charrua Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	190.639	154.201
		503.518	439.347
Fundos Abertos			
Ações			
RB Fundamental FIA	Fundamental Investimentos Ltda	3.678	2.770
GAP Ações FIA	GAP Prudential LT Gestão de Recursos Ltda	13.839	12.221
BBM Smid Caps FIC FA	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	8.376	6.145
		25.893	21.136
Participações			
Fundo de Participações Rio Bravo Energia I	Fundamental Investimentos Ltda	3.106	2.080
		3.106	2.080
		663.480	567.149

5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2012 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	54.706	56.054	acima de 360 dias
LFT	738	899	até 360 dias
NTN-B	228.464	306.248	acima de 360 dias
NTN-B	3.114	3.431	até 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	131.767	131.803	indeterminado
Opções (Mercado de Derivativos)	73	202	Indeterminado
Quotas de Fundo de Ações	1.107	5.463	indeterminado
	419.969	504.100	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	78.772	91.525	acima de 360 dias
	78.772	91.525	
(-) Contas a Pagar/Receber		4.014	
Tesouraria		61	
Total Renda Fixa	498.741	599.700	

LFT – Letra Financeira do Tesouro

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de avaliação a preço de mercado, desses mesmos títulos, é de R\$ 127.854 mil (2011: R\$ 95.042 mil).

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

Com a rescisão do contrato de compra e venda entre ISBRE e Delmar José Tarrasconi, conforme decisão do processo 0401281-20.2007.8.21.0001 da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, o ISBRE voltou a ser o proprietário das salas 201 a 212 e 214 a 224 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre, entretanto, os usuários destes imóveis permaneceram com a posse. Para evitarmos novas demandas judiciais, certamente demoradas e gravosas para a Fundação, no decorrer do exercício, conforme autorizado pelo Conselho Deliberativo, passamos a negociar estas salas preferencialmente com os próprios ocupantes ou, eventualmente, alienando imóveis ocupados, ficando a desocupação a cargo dos adquirentes.

No ano de 2012 foram vendidas e escrituradas as salas 201, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 215, 217, 219, 220, 221, 222 e 224, além de ter encaminhado documentação para escritura das salas 205, 208, 211, 212, 216 e 223 da Galeria do Rosário. Foram vendidos ainda, os imóveis da Rua Mariante, 288 - salas 807, 808 e 1402 e os boxes 02, 03 e 75.

5.4.2 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2012	2011
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	9.708	9.442
Galeria do Rosário – sala 202	Juros de 1% ao mês	10	-
Galeria do Rosário – sala 203	Juros de 1% ao mês	12	-
Galeria do Rosário - salas 219, 220 e 224	Juros de 1% ao mês	10	-
Mariante, 288 – sala 807 e box 2	INPC + juros de 8% ao ano	112	-
		<u>9.852</u>	<u>9.442</u>

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos à venda de imóveis a prazo, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2012	2011
Galeria do Rosário – 2º andar (1)	IPTU, Condomínio e Custas Judiciais	(498)	(413)
São Luiz, 77 (2)	Multa rescisória	(621)	(626)
		<u>(1.119)</u>	<u>(1.039)</u>

(1) Embora os imóveis tenham retornado para a carteira do ISBRE, continua ação judicial para cobrança de taxa de ocupação, condomínio e impostos pagos pelo ISBRE durante a vigência do contrato.

(2) Em cobrança judicial.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE, em consignação. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2012	2011
Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M	10%	-	1
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	1	13

Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	17	48
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	177	693
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	941	2.462
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	6.921	4.631
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	708	-
		<u>8.765</u>	<u>7.848</u>

6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação -%a.a.	Em milhares de reais	
		2012	2011
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	16	16
Máquinas e Equipamentos	10%	35	35
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	169	154
Depreciação Acumulada		(139)	(128)
		<u>83</u>	<u>79</u>
Intangível			
Software	20%	78	67
Depreciação		(32)	(17)
		<u>46</u>	<u>50</u>
Diferido			
Software	20%	95	134
Benfeitorias	20%	109	119
Depreciação Acumulada		(194)	(232)
		<u>10</u>	<u>21</u>
		<u>139</u>	<u>150</u>

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Gestão Previdencial

Registra o saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2013.

7.2 Gestão Administrativa

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes à folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2012.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

8.1 Gestão Previdencial

No corrente exercício, as provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2012	2011
Provável (contabilizada)	9.105	9.127
Possível (não contabilizada)	3.009	2.310
	<u>12.114</u>	<u>11.437</u>

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado de cada ação em 31/12/2012, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 979 mil (2011: R\$ 759 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2012, os valores depositados em juízo somam R\$ 960 mil (2011: R\$ 747 mil).

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda..

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2012	2011
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	324.842	277.684
Encargos Futuros	405.910	347.050
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(40.534)	(34.683)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(40.534)	(34.683)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	44.572	37.820
Encargos Futuros	51.724	44.084
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.576)	(3.132)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(3.576)	(3.132)
	369.414	315.504
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização Programada	219.685	185.195
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	272.341	231.761
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(26.328)	(23.283)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(26.328)	(23.283)
Benefícios Definido Estruturado Regime de Capitalização não Programada	2.991	2.566
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	8.553	6.726
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.781)	(2.080)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.781)	(2.080)
	222.676	187.761
	592.090	503.265
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2012	2011
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	321	275
Encargos Futuros	321	275
Benefícios a Conceder		
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	9.564	6.693
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	13.074	9.169
	22.638	15.862
	22.959	16.137
Total Consolidado (PB I + PB II)	615.049	519.402

9.2 Equilíbrio Técnico

Em linha com um cenário de consolidação da trajetória de queda da taxa real de juros de longo prazo da economia brasileira, e com vistas à maior segurança dos planos de benefícios administrados pelo ISBRE, no decorrer do exercício e seguindo-se à reavaliação atuarial anual, a Diretoria Executiva propôs ao Conselho Deliberativo, e este aprovou, a redução da taxa mínima atuarial de 5,75% para 4,75% ao ano. Esta redução gerou um custo, em contrapartida ao aumento das provisões matemáticas, de R\$ 54.057 mil, sendo R\$ 54.022 mil relativos ao Plano de Benefícios I e R\$ 35 mil relativos ao Plano de Benefícios II. Mesmo assim, ao final do exercício, o Superávit Técnico Acumulado do Plano I totalizou R\$ 54.322 mil (2011: R\$ 53.336 mil) e o do Plano II R\$ 4 mil (2011: R\$ 16 mil), isso graças ao bom desempenho dos investimentos, cuja rentabilidade global foi de 20,54%, ou seja, 166,39% da meta atuarial que vigeu até o mês de outubro (5,75% a.a.) ou 182,69% da nova taxa mínima atuarial (4,75%) vigente a partir do mês de novembro de 2012.

Importante registrar que, conforme a Resolução nº 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, publicada no D.O.U. em 23 de janeiro de 2013, a partir desse exercício as taxas máximas reais de juros admitidas nas projeções atuariais (taxa de desconto utilizada para a apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios e, portanto, para o cálculo das Provisões Matemáticas necessárias ao pagamento dos benefícios) serão reduzida em 0,25% ao ano até 2018, quando será de 4,5% a.a.

9.3 Fundos

9.3.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	2012			Em milhares de reais		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli dado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli dado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	169	169	-	110	110
Benefício de Risco	-	2.576	2.576	-	1.769	1.769
Fundo Previdencial	4.413	-	4.413	4.927	-	4.927
	4.413	2.745	7.158	4.927	1.879	6.806

9.3.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, e pelos rendimentos do Fundo Administrativo. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa com a administração previdencial realizada, as mesmas são contabilizadas no Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2012, acumula um saldo de R\$ 1.128 mil (2011: R\$ 1.308 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2012 acumula um saldo de R\$ 1.676 mil (2010: R\$ 1.529 mil).

10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

- Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- Serviços de Terceiros

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- Rateio entre PB I e PB II

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2012, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes para as despesas com a administração previdencial e taxa de administração de 0,45% a.a. para as despesas com a gestão dos investimentos. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, tanto previdencial como de gestão dos investimentos, seria custeada pelo Fundo Administrativo.

Assim, durante o exercício foi transferido do PB I para o PGA, o valor de R\$ 1.321 mil (2011: R\$ 1.121 mil) para custeio das despesas administrativas previdenciais e R\$ 2.811 mil (2011: R\$ 1.646 mil) para o custeio das despesas administrativas com gestão dos investimentos. A diferença entre a despesa administrativa do plano – R\$ 4.573 mil (2011: 4.137 mil) e as transferências recebidas pelo PGA R\$ 4.132 (2011: R\$ 2.767 mil) foram suportadas pela reversão do fundo administrativo – R\$ 180 mil (2011: 1.134 mil) e pelo rendimento deste fundo – R\$ 261 mil (2011: 236 mil).

A despesa administrativa total do PB II no valor de R\$ 176 mil (2011: R\$ 129 mil) foi custeada pelos rendimentos do fundo administrativo R\$ 323 mil (2011: R\$ 193 mil). O resultado positivo de R\$ 147 mil (2011: R\$ 64 mil) foi usado para constituição do fundo administrativo do plano.

11.2 Fluxos dos Investimentos

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 111.732 mil (2011: 67.359 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 3.967 mil (2011: 1.989 mil) para o Plano de Benefícios II.

11.3 Resultado

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial do Plano de Benefícios I – superávit de R\$ 985 mil (2011: R\$ 16.713 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico.

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em quase sua totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou no exercício pequeno déficit de R\$ 12 mil (2011: superávit de R\$ 4 mil).

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, deve ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios), para os demais ativos, conforme o item 9.1 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a segregação contábil dos planos, foi feita utilizando-se o método da “Gestão Compartilhada dos Investimentos”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Descrição	2012				Em milhares de reais 2011			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consoli- dado	Plano I – BD	Plano II – CV	PGA	Consoli- dado
Ativo								
Disponível	5	-	-	5	24	1	-	25
Realizável	660.495	25.710	4.174	690.379	571.095	18.032	3.897	593.024
Previdencial	3.452	-	-	3.452	1.998	-	-	1.998
Administrativo	-	-	998	998	-	-	803	803
Investimentos	657.043	25.710	3.176	685.929	569.097	18.032	3.094	590.223
Permanente	-	-	139	139	-	-	150	150
	660.500	25.710	4.313	690.523	571.119	18.033	4.047	593.199
Passivo								
Exigível								
Operacional	569	3	530	1.102	464	1	451	916
Previdencial	514	1	-	515	456	-	-	456
Administrativo	-	-	530	530	-	-	451	451
Investimentos	55	2	-	57	8	1	-	9
Exigível								
Contingencial	9.105	-	979	10.084	9.127	-	759	9.886
Previdencial	9.105	-	-	9.105	9.127	-	-	9.127
Administrativo	-	-	979	979	-	-	759	759
Patrimônio	650.826	25.707	2.804	679.337	561.528	18.032	2.837	582.397
Social								
Patrimônio								
Cobertura	646.412	22.963	-	669.375	556.601	16.153	-	572.754
Plano								
Provisões								
Matemáticas	592.090	22.959	-	615.049	503.265	16.137	-	519.402
Benefícios								
Concedidos	369.414	321	-	369.735	315.504	275	-	315.779
Benefícios a								
Conceder	222.676	22.638	-	245.314	187.761	15.862	-	203.623
Equilíbrio	54.322	4	-	54.326	53.336	16	-	53.352
Técnico								
Fundos	4.414	1.879	2.804	9.962	4.927	1.879	2.837	9.643
Previdencial	4.414	2.744	-	7.158	4.927	1.879	-	6.806
Administrativo	-	-	-	2.804	-	-	-	2.837
PB I	-	-	1.128	-	-	-	1.308	-
PB II	-	-	1.676	-	-	-	1.529	-
	660.500	25.710	4.313	690.523	571.119	18.033	4.047	593.199

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em face do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo BNDES, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até posterior manifestação sua.

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente e
Financeiro
CPF 176.060.390-20

Dante Carlos Schuch
Diretor Administrativo e de
Previdência
CPF 138.654.200-87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS
40.688
CPF 337.171.250-87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2012, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2012, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios I:

- 212 Participantes ativos, sendo 129 do sexo masculino e 83 do sexo feminino; e
- 374 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 273 Aposentados por Tempo de Serviço; 7 Aposentados por Idade; 15 Aposentados por Invalidez e 79 Pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) atuariais adotadas em 31/12/2012

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 3.710,16
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada

- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,45% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

3.2 Alterações nas hipóteses (premissas) atuariais

Com relação à avaliação atuarial realizada em setembro de 2011 (ano base anterior), a principal alteração de premissa introduzida na presente avaliação foi a redução da taxa real de juros anual de 5,75% para 4,75%. Assim, a nova meta atuarial para o PB-I será equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da citada taxa real de juros. A redução da taxa real de juros tem por objetivo preservar, no tempo, a solvência do plano, bem com adequar a meta atuarial e política de investimentos do ISBRE ao novo cenário econômico Brasileiro, principalmente em função da trajetória de queda na taxa básica de juros.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2012, mais precisamente na data base de 31/12/2012, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

• Patrimônio de Cobertura do Plano*:	R\$ 646.412.098,53
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
• Provisões Matemáticas:	
1. Benefícios Concedidos	R\$ 369.413.991,29
2. Benefícios a Conceder	R\$ 222.676.390,91
• Fundos:	
1. Fundo Previdencial	R\$ 4.413.614,13
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.128.088,51
▪ Superávit Técnico Acumulado:	R\$ 54.321.716,31 (8,40% do Patrimônio de Cobertura do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do plano no exercício de 2012 foi de 20,54%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (Taxa Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,24%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 9,3 pontos percentuais (atingimento de 182,74% da meta atuarial). Desta forma, os resultados obtidos se situaram em patamar superior ao mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboraram positivamente para a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012 as despesas administrativas do Plano de Benefícios I totalizaram R\$ 4.572.882,29, correspondendo ao comprometimento de 0,71% do montante de recursos garantidores no dia 31/12/2012. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do Plano de Benefícios I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios I. Em 31/12/2012, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.128.088,51. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o Plano de Benefícios I utilize ao longo do ano de 2013 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: 0,50% (zero vírgula cinquenta e cinco por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

8. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2013, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezesete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2012, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/09/2012, foi constituído o “Fundo Previdencial” para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Sérgio Rangel Guimarães
 Atuário MIBA 0743
 CPF 467.563.020-00

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2012, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2012, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios II:

- 279 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos (1 pensão concedida).

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) atuariais adotadas em 31/12/2012

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 3.056,04
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado

- Plano de Custeio vigente:
- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
- Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 2,02% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras
- Taxa de Carregamento: nula
- Taxa de Administração: nula
- Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/ Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas hipóteses (premissas atuariais)

Com relação à avaliação atuarial realizada em setembro de 2011 (ano base anterior), a principal alteração de premissa introduzida na presente avaliação foi a redução da taxa real de juros anual de 5,75% para 4,75%. Assim, a nova meta atuarial para o PB-II será equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da citada taxa real de juros. A redução da taxa real de juros tem por objetivo preservar, no tempo, a solvência do plano, bem com adequar a meta atuarial e política de investimentos do ISBRE ao novo cenário econômico Brasileiro, principalmente em função da trajetória de queda na taxa básica de juros.

Para o exercício de 2013 foi recomendado na Avaliação Atuarial que, em função da adoção da taxa de juros anual de 4,75% e das modificações observadas na estrutura etária do PB-II, o custeio dos Benefícios de Risco seja alterado para 2,45%, percentual incidente sobre a folha de Salários de Contribuição.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2012, mais precisamente na data base de 31/12/2012, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 22.963.197,79
- * Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]

- Provisões Matemáticas:

1. Benefícios Concedidos	R\$ 321.686,99
1.1 Benefícios de Risco	R\$ 321.686,99
2. Benefícios a Conceder	R\$ 22.637.436,05
2.1 Benefícios Programáveis	R\$ 22.637.436,05

- Fundos:

1. Previdencial	R\$ 2.744.485,56
1.1 Fundo de Benefício de Risco	R\$ 2.575.703,24
1.2 Fundo de Variações Atuariais	R\$ 168.782,32
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.675.709,17

- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 4.074,74 (0,02% do Patrimônio de Cobertura do Plano).

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do plano no exercício de 2012 foi de 20,20%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco e os Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (Taca Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,24%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 8,96 pontos percentuais (atingimento de 179,72% da meta atuarial). Desta forma, os resultados obtidos se situaram em um patamar superior ao mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboraram positivamente para a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012 as despesas administrativas do Plano de Benefícios II totalizaram R\$ 176.328,10, correspondendo ao comprometimento de 0,77% do montante de recursos garantidores no dia 31/12/2012. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do Plano de Benefícios II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios II. Em 31/12/2012, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.675.709,17. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o Plano de Benefícios II utilize em 2013 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2013 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

8. PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2013:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,45% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2012, foi constituído o “Fundo de Variações Atuariais” com base nas regras e disposições regulamentares.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467.563.020-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2013.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544
MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2012, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 08 de março de 2013.

AMILCAR SERGIO MÊNICA
Presidente

GILNEI ROBERTO DOS S. VARGAS
Conselheiro

FRANCISCO LUTERO LUEHRING
Conselheiro

TARCÍSIO JAIME HERDT
Conselheiro

NIVALDO PRESALINO VIEIRA
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 08 de março de 2013, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios e a Prestação de Contas do Exercício Social de 2012.

Porto Alegre, 19 de març o de 2013.

SÉRGIO DARCI IN CIO
Presidente do Conselho

JULIANA SOUZA DALLASTRA
Conselheira

CARLOS AURÉLIO L. DA H. RIBEIRO
Conselheiro

CARLOS ARETON AZZOLIN OLSON
Conselheiro

CARLOS DICKEL DA FONTOURA
Conselheiro

DARLAN CONTE
Conselheiro